

BIBLIOTECA DE APOIO EM ARQUIVOS

Heloísa Liberalli Bellotto

Uma biblioteca, formal ou virtual, é um sistema de informação com a específica peculiaridade de coletar, armazenar e processar tecnicamente os documentos que a integram, tornando possível o acesso a seu conteúdo.

Se existir uma coleção razoavelmente constituída (ou referenciada), por mais que se apresente caótica, antiquada, deficiente e lacunar, ou por mais incorreta seja a sua organização em termos de classificação e representação descritiva, ainda assim não deixa de ser um sistema de informação. Se o usuário (e aqui pensamos, em particular, no historiador) souber nela se debruçar adequadamente, poderá, por si mesmo, embora com percalços, lograr iniciar o caminho da pesquisa e percorrê-lo, da coleta dos dados à análise, da análise à síntese, da síntese à explicação e à generalização. É evidente que, na medida do crescimento da sistematização, do aperfeiçoamento, da eficácia e da otimização dos serviços técnicos e culturais que presta, a biblioteca pode ir muito mais longe no seu papel de apoio à pesquisa, favorecendo a consistência e as conclusões dos trabalhos de investigação. É isso, aliás, o que se espera de todas as entidades voltadas para o armazenamento, tratamento, transferência e disseminação da informação: arquivos, centros de documentação, bancos de dados e, naturalmente, bibliotecas, mesmo quando assumem o papel de auxiliares, como os franceses definem as bibliotecas de arquivo.

A tipologia das bibliotecas é vastíssima. Desde logo, descartemos de nossas cogitações, no âmbito desse artigo, as bibliotecas públicas gerais (nacionais, estaduais, municipais), assim como as coleções privadas de pessoas físicas. Mesmo restringindo nossa abordagem às bibliotecas institucionais, isto é, de pessoas jurídicas de campos especializados, ainda assim nosso universo é muito grande e variado, como grande e variada é a própria tipologia das instituições que

atuam nos diferentes ramos do conhecimento e nas diferentes áreas da sociedade.

O mundo fascinante do armazenamento, tratamento e transferência sistemática da informação técnica, científica, artística, social e cultural pode ser hoje encontrado, felizmente, até mesmo nos países em desenvolvimento. No Brasil, a despeito de existirem em maior ou menor número, com maior ou menor eficiência ou níveis de informação, encontram-se bibliotecas em boa parte dos órgãos públicos de envergadura dentro dos três poderes e nos diferentes níveis administrativos, tanto quanto nas instituições educacionais e culturais, técnicas, científicas, artísticas, de entretenimento e esporte, de cultos religiosos etc. Há bibliotecas de grandes indústrias, de empresas comerciais, de escritórios de engenharia e arquitetura, de laboratórios farmacêuticos, de institutos profissionais, de pesquisa e de serviços, assim como há bibliotecas de conventos, penitenciárias, escolas, clubes, hospitais, hotéis de lazer etc., cujos acervos são condizentes com as finalidades dos órgãos ou entidades a que servem.

Tais órgãos ou entidades, para que possam funcionar e dar andamento e cumprimento às funções que lhes foram atribuídas ou a que se propuseram quando de suas respectivas criações, desenvolvem e cumprem, necessariamente, as chamadas atividades-meio e atividades-fim. Seria supérfluo defini-las exaustivamente, aqui. Convém recordar, no entanto, para efeitos de argumentação, o significado de umas e outras.

As atividades-meio são aquelas ligadas à infra-estrutura jurídico-administrativo-financeira de um organismo, proporcionando-lhe sustentação material e operacional, desenvolvidas pelos setores de planejamento, organização e métodos, finanças, pessoal, assessoria jurídica, instalações e equipamentos, e comunicações. De outra parte, as atividades-fim são as que compõem os objetivos do organismo perante a sociedade, que é, afinal, o meio no qual atua e ao qual serve: são as atividades que justificam as razões da criação da entidade; são as que mostram seus resultados, seus produtos, enfim, a sua contribuição efetiva, seja ao próprio governo ou ao cidadão em

suas relações com o Estado e com os demais cidadãos, seja à vida econômica, social, científica, tecnológica e cultural.

A alusão às atividades-meio e às atividades-fim de uma entidade tem sua razão de ser: posicionar o caso das bibliotecas institucionais que não têm a autonomia de uma biblioteca pública. Elas são parte de uma entidade, e não o seu todo. Nesse caso, podem ser consideradas as atividades-fim ou são atividades-meio?

A biblioteca institucional, sendo meio, serve como sustentadora, facilitadora, para que se cumpram as finalidades da entidade à qual serve? Ou, sendo fim, está ela aliada aos objetivos governativos, financeiros, comerciais, técnicos, científicos, culturais etc. das entidades, conforme suas finalidades? Para tal definição é preciso lembrar a especificidade das próprias organizações. As bibliotecas das grandes empresas (petrolíferas ou farmacêuticas, por exemplo), dos órgãos legislativos municipais, estaduais ou nacionais, ou ainda as bibliotecas dos hospitais, com suas vertentes técnicas e científicas, podem ser relacionadas às atividades-meio, pois as informações nelas contidas servem de apoio para as atividades dos profissionais envolvidos nas referidas entidades – desde o salário que recebem até os equipamentos postos à sua disposição – para que elas funcionem. No entanto, tomando-se o exemplo novamente do hospital, sanatório ou clínica, pode-se perceber a dificuldade de uma definição simplificada. Poderá haver, por exemplo, a possibilidade de uso da biblioteca como entretenimento, quando dos internamentos e convalescenças prolongadas. Assim, estará a biblioteca cumprindo uma atividade-fim, já que ligada à cura ou à melhora física, mental e psicológica dos pacientes. O mesmo poderá ser dito para as bibliotecas dos hotéis e dos navios de turismo, ou ainda para as bibliotecas escolares e universitárias. Todas estão diretamente relacionadas aos objetivos específicos das entidades às quais se integram.

Nesse raciocínio, concluímos que são a natureza e a característica da instituição, dos seus objetivos e do papel que lhe cabe na sociedade que vão definir se a sua biblioteca poderá ser posicionada como incorporada às atividades-meio ou às atividades-fim; ou, como é prova-

velmente o nosso caso (o das bibliotecas de apoio em arquivos), situar-se em ambas.

Para esclarecer essa dualidade é preciso estabelecer desde logo o conceito e os objetivos de uma biblioteca de apoio em arquivos. O enunciado da definição poderá ser mais bem compreendido se, de partida, forem assimilados alguns axiomas tópicos para o caso específico aqui abordado:

1 – São bibliotecas adjudicadas a arquivos públicos permanentes, estando, portanto, descartada a hipótese de arquivos de primeira e segunda idades que, na realidade, não podem ser considerados “instituições”, como são as que abrigam os arquivos permanentes/históricos. Naquele caso são mais “documentos” ou conjuntos documentais de primeira e segunda idades do que propriamente documentos de arquivo, mesmo porque, nestes, em conformidade ao serviço e à informação que prestam, seus arquivistas usariam com mais proveito, salvo os manuais arquivísticos, os bancos de dados, centros de documentação e as bibliotecas técnicas do órgão ou da entidade a que servem, e não uma que lhes fosse própria.

2 – Não serão enfocadas bibliotecas ligadas a arquivos permanentes ou históricos de entidades do domínio do direito privado nem de órgãos públicos que não sejam os arquivos públicos ou arquivos históricos, aos quais se aplica a mesma argumentação, sejam eles de âmbito nacional, estadual ou municipal.

3 – Essa “biblioteca arquivística” de apoio não possui a mesma autonomia das bibliotecas municipais, estaduais ou nacionais, nem mantém com elas relação de semelhança ou dependência. Tem, isto sim, peculiaridades e especificidades próprias das bibliotecas institucionais.

Posto isto, é possível chegar a alguns elementos que permitem estruturar uma definição aceitável para a biblioteca de arquivo: é a

biblioteca destinada a dar apoio bibliográfico aos trabalhos técnicos de um arquivo público e aos trabalhos científicos da pesquisa histórica nele desenvolvidos, além de funcionar como uma espécie de depósito legal de todos os documentos impressos produzidos pela administração na qual se insere.

Pouco estudada pela biblioteconomia ou pela arquivologia, a biblioteca de arquivo não tem sido alvo da literatura especializada. Muitas vezes confundida com os chamados "arquivos impressos" (no Brasil, estudados por Nilza Teixeira Soares e Lídia Alvarenga), como se a sua única finalidade fosse custodiá-los, ela tem merecido atenção na produção bibliográfica: um capítulo no *Manuel archivistique français* (1970), outro no trabalho de Vicenta Cortés, *Archivos de Espana y América* (1979), alguns poucos artigos franceses, ingleses e norte-americanos, muito localizados relativamente a bibliotecas de arquivos pontuais, além de um item na *lei-tipo* de arquivos, redigida para a UNESCO por Salvatore Carbone e Raul Guéze (1971). Todos procuram deixar claro que os grandes campos de atuação da biblioteca de arquivo e para os quais ela volta seus objetivos são: o campo da arquivística, para usuários internos, o campo da historiografia, para os usuários externos, e ainda a guarda patrimonial dos arquivos impressos. Nesses campos e em todas as suas ramificações e possibilidades é que se enquadrarão as coleções das bibliotecas de arquivo.

Tais coleções devem contemplar o cumprimento das tarefas profissionais dos arquivistas e, ao mesmo tempo, oferecer uma documentação auxiliar aos pesquisadores. Não devem pretender substituir bibliotecas mais abrangentes, mas preencher uma função especializada, fornecendo obras de caráter geral, como as de síntese histórica, monografias, manuais e livros sobre paleografia, diplomática, arquivística, tratados de direito público e privado, códigos jurídicos, legislação, administração pública em geral, nas épocas abrangidas pelos fundos do arquivo ao qual pertence à biblioteca, assim como publicações relativas à história local e regional.

O que se quer atribuir ao perfil dessa coleção é o quanto ele deve

estar próximo do próprio perfil dos documentos arquivísticos custodiados na mesma instituição à qual pertence a biblioteca. Vê-se que, de um lado, a coleção deve dar conta das informações sobre os procedimentos teóricos, metodológicos e técnicos que presidem e servem de base às práticas dos arquivistas. Por outro lado, a aliança entre a coleção bibliográfica e a iconográfica (que podem coexistir na mesma biblioteca) complementa e fornece subsídios à pesquisa realizada nos documentos textuais, facilitando o acesso a informações neles contidas.

Ora, temos no primeiro caso – a biblioteca dando suporte às atividades técnicas da função arquivística – o cumprimento de uma atividade-meio, facilitadora da otimização dos serviços técnicos de recolhimento, arranjo, descrição e difusão. No segundo caso – a biblioteca complementando o acesso à informação de caráter histórico – temos a realização de uma atividade-fim, ou, pelo menos, caudatária de uma atividade-fim: a consultabilidade e a disponibilização do conhecimento dos conteúdos documentais.

Os objetivos de uma biblioteca de arquivo evidenciam-se na sua própria definição e surgem historicamente das demandas da clientela pesquisadora em prol de uma assistência de informação bibliográfica complementar. Desde o aparecimento dos grandes arquivos europeus e latino-americanos no final do século XVIII e por todo o século XIX, assim como posteriormente nos norte-americanos, nas primeiras décadas do século XX, já se entendia que, para a utilização adequada dos documentos, era necessário o recurso de complementos, como livros, revistas e outros impressos, ao lado dos manuais de serviço e das rotinas, dos relatórios, guias e outros registros esclarecedores dos documentos, em sua vida ativa. Portanto, percebe-se que as bibliotecas de apoio em arquivos foram criadas com objetivos bem claros:

- Dar apoio técnico e logístico às tarefas arquivísticas, por meio do material bibliográfico de cunho arquivístico.

- Proporcionar informações subsidiárias ao pesquisador seja por meio dos componentes de suas coleções, seja por meio de catálogo coletivo (real ou virtual) de informações regionais.

- Recolher sistematicamente e processar tecnicamente as chamadas "publicações oficiais" da esfera administrativa na qual se insere o arquivo. O conjunto das publicações oficiais (diários oficiais, relatórios, atas, anais de câmaras e de assembleias legislativas etc.) é o que, na terminologia das ciências documentárias, convencionou-se denominar como "arquivos impressos".

As bibliotecas institucionais – ainda que restritas a matérias-primas que lhes são próprias, ou seja, documentação bibliográfica e em multimeios - são imbuídas evidentemente dos mesmos objetivos das instituições nas quais se integram, completando-as. Quando aplicada esta constatação às bibliotecas dos arquivos históricos, evidencia-se o quanto seus objetivos são condizentes com os dos próprios arquivos: tratar a documentação permanente, servir à pesquisa e à difusão cultural.

A biblioteca de apoio de um arquivo não tem a pretensão, como já foi afirmado, de ser uma biblioteca abrangente, como as bibliotecas públicas; também não se assenhereia do objetivo do arquivo propriamente dito, seja ele estadual, municipal ou nacional, que é o de receber os documentos administrativos permanentes. Entretanto, um dos seus objetivos é justamente contribuir para a eficiência do cumprimento das tarefas arquivísticas, por meio da parte de sua coleção concernente aos manuais técnicos e obras básicas de arquivística, de administração, de organização e métodos, e de direito administrativo. Cumpre assim a finalidade de dar apoio ao labor dos arquivistas. Já o objetivo de servir ao historiador será alcançado pela existência, em seu acervo, de bibliografia especializada, mas também graças aos serviços de análise documentária e indexação, que também poderão ser feitos pelos bibliotecários. O objetivo de servir à comunidade, este sim, coincide totalmente com o do arquivo: a biblioteca há de

compor-se com os serviços culturais e educativos da instituição, promovendo exposições, debates, cursos, simpósios e outros eventos.

Como destinatário desses objetivos situa-se o público consulente. Qual é a sua gama e perfil? Delineiam-se, fundamentalmente, quatro tipos de público, sendo três externos (o pesquisador, o administrador e o cidadão) e um interno (o arquivista).

Historicamente – e no Brasil este fato aparece de maneira muito clara - os primeiros freqüentadores das bibliotecas de arquivo eram os eruditos historiadores amadores. Mas a consolidação dos cursos universitários de História, a elaboração das teses de grau e o próprio discernimento da sociedade (para entender o benefício da historiografia de cunho científico, com suas metodologias próprias), trouxeram um uso específico, heurístico, de análise, síntese e exploração dos documentos custodiados pelos arquivos. Como consequência, cresceu a demanda por novos instrumentos, para além da leitura paleográfica e interpretação por vezes apressada dos mesmos. Tais instrumentos ampliaram a assistência de informação bibliográfica complementar, que as novas abordagens historiográficas passaram a reclamar.

O historiador tem consciência de que a biblioteca do arquivo será capaz de lhe proporcionar mais do que o pertinente - o que ele encontraria numa boa biblioteca pública, particular ou universitária. Ela será capaz de lhe proporcionar o relevante. Isto porque a representação descritiva nesse tipo de biblioteca, até por ser de pequena proporção, tende a inflectir para o analítico, para a análise documentária, para a indexação, para a confecção de *abstracts* e de resumos.

Como bem apontam Victor Chômel e outros, no capítulo sobre as bibliotecas de arquivo no *Manuel d'archivistique français* (1970): *gracias a tais precauções (a indexação etc.), os usuários das bibliotecas de arquivo ali encontrarão dados que, na maioria das vezes, lhes serão fornecidos em menor abundância nas organizações de ambições mais vastas, como as bibliotecas universitárias, por exemplo.*

No âmbito das ciências da informação, principalmente nos Estados Unidos, nos últimos anos, têm surgido estudos sobre a questão da *information need*, discutindo-se a necessidade de informação, ou melhor, o equacionamento entre o propósito de informação, o desejo de informação e a falta de informação, de um lado, e a necessidade propriamente dela, de outro. A questão foi estudada relativamente a várias profissões, dentre as quais a de historiador. Até que ponto esse profissional sabe equacionar bem o seu desejo com a sua necessidade da informação? Muitas vezes ele mesmo não sabe dimensionar essa questão. A biblioteca do arquivo poderia ser o grande manancial em que o historiador viria buscar seus pontos de partida, o início das suas hipóteses de trabalho. Esclarecendo melhor, antes de recorrer aos documentos de arquivo, o pesquisador disporia do quadro geral de informações desejadas/existentes/necessárias.

Outro público é constituído por agentes da administração, muitas vezes à procura de dados do passado, significativos para informar o processo decisório do presente, ou para recuperar os registros de ações passadas. Nem sempre tais informações estão nos documentos arquivísticos, mas nos arquivos impressos que constituem (ou deveriam constituir) parte substancial do acervo das bibliotecas de arquivo.

O cidadão comum é outro setor de público para essas bibliotecas. Na categoria é possível incluir os escolares com pesquisas requeridas pelos professores de história, distintas das desenvolvidas por pesquisadores/historiadores, tanto em temáticas, abrangências e estilos como em profundidade de abordagens. Provavelmente contarão com material disponível mais rico que o existente em suas escolas e municipalidades, podendo receber, ainda, com um atendimento pessoal satisfatório, de uma forma mais pontual, respostas a suas indagações. Também aí se incluem profissionais de várias áreas, aposentados, donas-de-casa, interessados em geral em busca de informações várias e do conhecimento de fatos passados de sua comunidade, que lhes conferem maior consciência de cidadania e de identidade civil e cultural.

Da estrutura da biblioteca de apoio de arquivo podem constar documentos em multimeios propositalmente adquiridos, tais como fotografias, mapas, vídeos, diapositivos, CDs, cujo conteúdo deve ser complementar ao acervo documental. Aliás, esses materiais são muito apropriados para compor o aparato de serviços educativos que os arquivos históricos devem ter. Trata-se de colaboração com os professores de história do ensino fundamental e do ensino médio, pois possibilita aos alunos conhecerem melhor os documentos e se iniciarem na pesquisa histórica tanto na biblioteca como junto aos fundos arquivísticos propriamente ditos.

Resta abordar o usuário interno do arquivo, que é o arquivista. Para que ele cumpra corretamente as suas funções é que está constituída boa parte da coleção da biblioteca: manuais técnicos, obras teóricas básicas, revistas especializadas e instrumentos de pesquisa. Também obras históricas e publicações oficiais serão indispensáveis ao bom desempenho do arranjo e da descrição do material do arquivo.

E' para atender com eficácia às necessidades de informação dos quatro tipos de público, acima descritos, que se deve planejar o desenvolvimento da coleção de uma biblioteca de arquivo. Com isso, chegamos ao ponto nevrálgico deste trabalho, que é a coleção, seu desenvolvimento e composição.

Entende-se por desenvolvimento de coleção em bibliotecas todo o conjunto evolutivo de operações, desde a sua formação até seu uso racional, passando por sua atualização, manutenção e preservação física, pelo controle do seu equilíbrio, considerando-se aí o importante tópico da avaliação criteriosa constante e o conseqüente, oportuno e necessário descarte.

Na seleção para montagem e desenvolvimento da coleção de uma biblioteca de arquivo não devem imperar os gostos pessoais do bibliotecário ou do arquivista, nem as novidades ou os *best-sellers* em matéria de historiografia. Não que esses últimos devam ser excluídos, naturalmente, mas não devem representar prioridades. Importa o rumo das necessidades da pesquisa, tanto em matéria de

informação como de interpretação dos dados recolhidos, considerando-se sempre os objetivos específicos do órgão. Especialmente quando se trata de arquivo municipal, o acervo deve ser significativamente voltado para o regional. É claro que numa cidade que dispõe de uma biblioteca municipal ou universitária em cujos acervos haja uma substancial coleção relativa à história local, a do arquivo não precisa enriquecer-se nessa direção. Assim, dependendo dos recursos bibliográficos e informacionais disponíveis na comunidade onde se localiza, cada biblioteca de apoio do seu respectivo arquivo terá proporções e ambições forçosamente diferenciadas.

Embora possa soar excêntrico aos bibliotecários, creio que a par do desenvolvimento apropriado de coleção, também cabe nessas bibliotecas um processamento tópico e peculiar no concernente à catalogação, a sua representação descritiva. Se nos arquivos as suas bibliotecas estiverem mais voltadas para a especificidade do que para a exaustividade, se o relevante for mais valorizado do que o pertinente, elas, mesmo modestas, serão insubstituíveis para os estudos de história regional.

A formação da coleção deve ser pensada, reiteramos, do ponto de vista do pesquisador, do administrador, do arquivista e do cidadão, e deve partir dos pontos a seguir identificados.

- Envio obrigatório e sistemático das publicações oficiais dos órgãos do nível administrativo no qual se insere o arquivo, à feição de um "depósito legal".
- Compra, doação ou permuta do material componente da coleção, feitas de forma rigorosa e inseridas, por sua vez, numa política de desenvolvimento de coleção. Disto é que depende substancialmente o perfil da coleção que deve obedecer a uma configuração, adiante discutida.
- Legados de coleções privadas inteiras, em geral, resultados de coleções de interesse local, montadas, freqüentemente por toda a vida, por intelectuais, bibliófilos ou colecionadores.

- Doações avulsas, às vezes raridades de interesse, ou livros entregues pelos próprios autores que pesquisaram no arquivo para produzi-los. Aliás, esse tipo de doação deveria ser um compromisso do pesquisador, desde o início de suas consultas *in loco*.

Da parte dos bibliotecários e da direção do arquivo deve haver o compromisso de que as peças documentais incorporadas à biblioteca sejam, o mais rapidamente possível, processadas e colocadas à disposição dos consulentes. *A ambição de adquirir grande número de obras deve corresponder a mesma ambição de logo torná-las acessíveis à consulta (Manuel d'archivistique français)*. Entretanto, muitas vezes esse procedimento é cerceado por um grande número de dificuldades fortemente concentradas na falta sistemática de recursos humanos, financeiros e materiais.

As bibliotecas dos arquivos públicos municipais e estaduais, ao contrário de outras modalidades de bibliotecas, sofrem mais de superabundância indesejável de material bibliográfico do que de escassez. Seria antes pela via dos remanejamentos e dos descartes que se poderia chegar mais perto do quadro ideal de acervo.

Afinal, qual é o desenho do quadro ideal da composição do acervo? Vicenta Cortés, no capítulo dedicado às bibliotecas de arquivo no seu *Archivos de Espana y America*, aponta para uma nítida separação entre a bibliografia geral e a bibliografia especial, sempre respeitante ao caráter das coleções abrangidas no arquivo e as especificidades do público consulente.

Da *bibliografia geral* (na qual se incluem também as obras voltadas à temática local) deveriam fazer parte da biblioteca de arquivo:

- enciclopédias e dicionários (lingüísticos, etimológicos, históricos, geográficos, biográficos);
- livros de geografia (geral, nacional e regional; física, humana e econômica, além de mapas);

- livros e revistas de história (geral, nacional e regional; teoria e metodologia; bibliografias de historiografia, sobretudo local); manuais que orientem o trabalho em áreas especializadas tais como demografia histórica, história administrativa, história econômica etc.);
- cronologias nacionais e locais;
- livros sobre organização e métodos (construção de organogramas, fluxogramas etc.);
- manuais de direito, principalmente administrativo e notarial;
- manuais de administração, principalmente pública;
- legislação (concernente às questões político-administrativas e documentais nos níveis federal, estadual e municipal);
- produção bibliográfica local.

Esse último item merece que se dê um destaque ao que poderíamos chamar de produção bibliográfica local, quando se trata dos pequenos municípios. Nesse caso, não devem ser considerados apenas os livros de história ou geografia locais, mas toda a produção bibliográfica de caráter técnico, científico, artístico, político, jurídico, religioso, cultural, educativo etc. Isso não deve soar como paradoxo, uma vez que propugnamos para que as bibliotecas de arquivos não sejam "bibliotecas de tudo", e sim voltadas para o apoio à pesquisa histórica regional e à administração local, descartando compras e aceitação de doações de material sobre assuntos distantes da finalidade do arquivo. Entretanto, no caso da inexistência de bibliotecas municipais e escolares, ou, mesmo havendo, quando não estejam dispostas a incorporar um exemplar de cada revista ou de cada livro, publicados na localidade, é dever do arquivo público transformar-se em uma espécie de "depósito legal", por uma questão de responsabilidade com a transmissão cultural.

Como *bibliografia especial* ou específica, mais voltada para dar suporte ao trabalho do arquivista, deveriam constar:

- manuais concernentes à área de preservação de arquivos e documentos, que incluem desde informações sobre construção e conservação de prédios de arquivo, suas instala-

ções e equipamentos, até tudo o que diga respeito aos materiais com que são feitos os suportes documentais (incluindo-se os eletrônicos), suas diferentes formas de conservação preventiva e restauração, além de todas as informações sobre os agentes físicos, químicos e biológicos que os atingem, estudando-se também a conservação e restauração da *materia scriptoria*, de selos e carimbos eventualmente presentes nos documentos;

- manuais sobre emprego, manejo, funcionamento e uso das tecnologias da informação, sobretudo a microfilmagem e a informática, incluindo a necessária literatura sobre os *softwares* apropriados para as operações arquivísticas;
- compêndios relativos às ditas ciências auxiliares da história: paleografia, diplomática, sigilografia, genealogia, numismática, heurística e ecdótica (de que merecem destaque as duas primeiras, com ênfase para a diplomática, em virtude da importância assumida hoje, nas ciências documentárias, por seu braço arquivístico – a tipologia documental);
- livros e revistas especializadas em arquivística.

Quanto ao último item, convém mencionar, antes de mais nada, os manuais nacionais e estrangeiros, obras de teoria, metodologias, técnicas, legislação, formação profissional e história da arquivística. Em segundo lugar, os instrumentos de pesquisa do próprio arquivo no qual se insere a biblioteca em questão, assim como instrumentos de outros arquivos. Além disso, a biblioteca ideal de arquivo deve ter as publicações do Conselho Internacional de Arquivos, destacando-se a sua revista *Comma* (que veio substituir as antigas *Archivum e Janus*) e os chamados textos *RAMP (Records and Archives Management Program)*, redigidos por especialistas e abordando as várias facetas da função arquivística.

A essas sugestões, deveríamos acrescentar aquela extensão que permitirá à biblioteca do arquivo tornar-se um verdadeiro centro de documentação e informação regional. Refiro-me a mais três tipos de documentos que, por suas peculiaridades, merecem destaque especial: os jornais, os documentos em multimeios e as publicações oficiais.

A biblioteca de um arquivo, sobretudo a dos arquivos municipais, deve conter coleções dos jornais locais, tanto dos extintos como daqueles ainda em circulação, mediante assinatura.

Quanto aos documentos em multimeios, podem ser gerados pelas ações ligadas à história oral junto à comunidade (por iniciativa do próprio arquivo ou de pesquisadores alheios à instituição, mas que para lá encaminham suas gravações, para depósito ou doação) ou pode ser constituído de coleções de fotografias, filmes, fitas, vídeos etc., de origem externa, ou geradas pelo arquivo, com a preocupação de retratar a vida urbana nos seus vários aspectos. Excluem-se, evidentemente, fotografias, filmes, vídeos etc., resultantes das atividades dos órgãos governamentais, pois estas deverão necessariamente fazer parte dos fundos arquivísticos.

Finalmente, fechando a composição e desenvolvimento do acervo da biblioteca de arquivo, temos as publicações oficiais, também chamadas arquivos impressos. Esse material deve ser parte substancial e importantíssima da biblioteca, desde que criteriosamente selecionado, levando em conta sua circunscrição geográfica e nível administrativo.

Em comunicação apresentada ao 1º Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras, dentro do VIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Brasília, em julho de 1975, a arquivista Nilza Teixeira Soares, sob o título de "Publicações oficiais, arquivos impressos", discutia o conceito, o recolhimento e o depósito legal dessas publicações. Trata-se, segundo a autora, de todo o ato ou documento que adquira valor jurídico pela sua publicação em órgão oficial de divulgação e as próprias publicações edita-

das em grandes tiragens ou reproduzidas em alguns exemplares, por uma administração no desempenho de suas atividades. A caracterização de arquivo impresso independe do processo empregado na reprodução do texto (tipográfico, off-set, mimeógrafo, xerox etc.).

A entrada das publicações oficiais nos arquivos e posterior encaminhamento para as suas bibliotecas é feita das seguintes maneiras:

- 1 - envio pelos órgãos responsáveis pela edição ou pelos órgãos editores, como, por exemplo, a Imprensa Oficial;
- 2 - recolhimento de fundos arquivísticos, aos quais aquelas publicações vierem incorporadas;
- 3 - depósito legal;
- 4 - assinatura, permuta ou compromissos firmados com os órgãos produtores.

Para Nilza Teixeira Soares, as publicações oficiais que refletem e divulgam a atividade do órgão, editadas no desempenho do conjunto dessas atividades, constituem-se em arquivos impressos. Devem ser publicadas sob responsabilidade de um órgão governamental e/ou às expensas do erário público. Essas publicações têm o público em geral como destinatário, nascem de idéias e do desempenho de atribuições do conjunto dessas atividades, que é de onde procedem todos os arquivos impressos e ainda os autênticos documentos de arquivo. A autora cita o comentário de Pierre Géraudel, no capítulo sobre os arquivos impressos do *Manuel d'archivistique français*, a respeito do grande desinteresse dos arquivistas em relação aos documentos impressos, que ele julga também compartilhado pelos historiadores, afirmando que o apego destes aos originais manuscritos ou datilografados ainda é muito grande.

Os "arquivos impressos" podem facilitar o uso e a compreensão dos documentos de arquivo. Além disso, determinadas publicações oficiais, por preceito legal, destinam-se à divulgação de atos oficiais, por meio de seus devidos registros, com a finalidade dar conhecimento deles ao público a que se destinam, para entrar em vigência e validade. Os diários oficiais (da União, dos estados e dos municí-

pios), os da Justiça e os do Congresso Nacional são exemplos desse caso.

Outras publicações destinam-se mais ao âmbito restrito de determinados órgãos, são mais de uso interno, podendo, ou não, passar para a custódia da biblioteca do arquivo, pois muitos não chegarão a sair de seus órgãos produtores. Estão neste caso: boletins, manuais de serviço, rotinas de trabalho etc. Há os que visam apenas enfeixar matéria publicada, inerente à atuação das unidades de que se originaram, como coletâneas de leis, portarias, resenhas cronológicas etc., para efeito informativo ou de divulgação, e, finalmente, as publicações técnicas, periódicas ou não, destinadas a subsidiar as atividades dos órgãos produtores.

É lógico que as publicações oficiais constarão das coleções das bibliotecas dos respectivos órgãos de origem, assim como de bibliotecas gerais, porém estarão separadas para efeitos de pesquisa. No entanto, se houvesse uma obrigatoriedade de depósito legal de tais publicações nas bibliotecas dos arquivos segundo os níveis administrativos dos próprios órgãos produtores, como acontece em outros países, poderiam estar juntos e facilitar a pesquisa, a despeito de permanecerem outros exemplares da mesma obra nas bibliotecas dos órgãos de origem.

É sabido que alguns órgãos federais e estaduais enviam sistematicamente seus arquivos impressos ao Arquivo Nacional e a arquivos públicos estaduais, mas não há controle geral e sistemático da periodicidade de tal prática.

Essas e outras questões são pontos essenciais das políticas de desenvolvimento de coleções das bibliotecas dos arquivos públicos brasileiros. Essas políticas, por natureza, traduzem-se em série ou conjunto de ações, visando a excelência dos serviços prestados, em última instância, aos consumidores de informação naqueles arquivos. Ora, hoje em dia, em que tanto se fala em produtividade e qualidade, é preciso que nossos insumos - os dos arquivos permanentes - tenham como alvo a qualidade do produto, no caso a forma como se

vai possibilitar a informação desejada ao historiador. Para a produtividade com qualidade concorrem todas as atividades e serviços do arquivo; a sua biblioteca é um deles. E esse serviço será aperfeiçoado na medida em que o forem as suas ações de seleção, tratamento técnico, descarte e manutenção de coleção.

É patente que os orçamentos são exíguos. Entretanto, é preciso ter, nessas bibliotecas, algum recurso que permita compras de livros apropriados ao perfil de sua coleção, o que inclui, muitas vezes, livros raros ou números de revistas esgotados - só existentes junto aos livreiros especializados e submetidos a preços altos. Também, certamente, há restrições orçamentárias que impedem o aumento do quadro de profissionais, arquivistas e bibliotecários. Alguns arquivos não podem contar sequer com os primeiros, o que dirá com os segundos!

Em conseqüência, o ponto de partida e de esclarecimento da situação das nossas bibliotecas de arquivo é o de que seus responsáveis devem se imbuir de que lhes cabe administrar a exigüidade. Contudo, pelo menos, com um profissional bibliotecário efetivo ou em regime de consultoria, e trabalhando em conjunto com ele, devem obedecer, na medida do possível, aos perfis ideais de composição da biblioteca do arquivo. Isso compreende, entre outras coisas, executar descartes urgentes e tentar dar à coleção os níveis técnicos de especificidade e relevância, mais do que valorizar os dados quantitativos. Os recursos da informática, da normalização e da cooperação internacional na área dos arquivos também concorrerão para a consecução da meta básica dessas coleções especializadas, que é a de colaborar para a excelência dos serviços de informação que, por sua vez, darão sustentação e eficiência ao trabalho arquivístico e ao trabalho historiográfico.

Resumo: Com base em diferentes padrões de bibliotecas, ligadas necessariamente aos objetivos das entidades a que pertencem, este artigo define o perfil daquelas que apóiam as atividades de instituições arquivísticas, sugerindo o tipo de material que deve integrar suas coleções.

Abstract: Based on different patterns of libraries, strictly related with the aims of the organisations where they are placed, this article defines the nature of libraries in archival institutions and suggests what kind of books and other materials they must collect.

Sobre a autora: Professora do Curso de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e consultora do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, do Sistema de Arquivos da USP e do Projeto Resgate de Documentação Histórica do Ministério da Cultura do Brasil em arquivos portugueses.

Sobre o texto: Trabalho revisito, atualizado, acrescido e modificado, foi originalmente apresentado no *I Encontro de Bibliotecários de Bibliotecas de Apoio*, dentro da *IV Conferência Nacional de Arquivos Públicos*, realizada em Vitória (ES), de 26 a 30 de outubro de 1993.

Palavras-chave: bibliotecas institucionais; bibliotecas de arquivo.

Key words: institutional libraries; libraries in archival institutions.

ASOCIACIONES ARCHIVÍSTICAS PROYECTOS PARA EL SIGLO XXI

Manuel Vázquez

1. AAB y AAA

La revista *Arquivo & Administração* (publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB), que había nacido en 1972, era esperada y leída por los archivistas de Argentina y creo que de Iberoamérica. Un poco antes, en 1969, la Asociación Argentina de Archiveros (AAA) había lanzado su revista, en Buenos Aires, que fue muy enriquecedora para los profesionales archivistas. ¿Por qué?

Pensemos que los Archivos Nacionales de Brasil y Argentina venían publicando sus propias revistas desde años antes. ¿Qué tiene una revista editada por una Asociación, distinto de lo que ofrece una institución estatal?

Está pensada para los profesionales y sus necesidades. Las revistas de los Archivos Nacionales miran al Estado al que pertenecen, a los usuarios - principalmente historiadores - y por último a los archivistas.

Las dos revistas mencionadas mostraban una marcada preocupación por los aspectos técnicos y teóricos de la profesión. No eran particularmente originales, pero ofrecían planteos de Schellenberg y otros autores dosificados, traducidos y explicados. Además, presentaban casos y experiencias de los archivos locales.

En Brasil, más que en Argentina, la AAB y su revista pesaron en el momento de legislar sobre temas archivísticos, también en convocar público y oyentes para los Congresos Nacionales celebrados cada dos años.